



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

Local: sala 1008 – da Pós Graduação da Unifil (ao lado do IPOLON), na Rua Alagoas nº. 2.001 – Centro.

Data: 24 de maio de 2012, quinta-feira.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e doze, com primeira convocação
2 às oito horas, e na segunda convocação às oito horas e quinze minutos na sala nº
3 1008 da Pós Graduação da Unifil, situado na Rua Alagoas nº. 2.001 – Centro teve
4 início a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Biênio
5 2011-2013. **Estavam presentes os seguintes conselheiros: Titulares** – Neusa
6 Harumi Tiba, Cirlene Maria Ferreira Fonseca, Maria Inês Louro, Denise Galhardi
7 Motter, Salete Ieda Domingues, Maria Vany Souza da Costa Neves, Ordália de Fátima
8 Braganholi Ferreira, Silvia Helena da Silva, Lidia da Conceição Lucas Loback, Maria de
9 Fátima dos Santos Reale Prado, Carla Mancebo Esteves, Ilis Flavia Camargo, Janete
10 Ramos Pontes. **Suplentes** – Samia Machado Mustafá, Ednadi Silva Pereira Biliatto,
11 Maria José da Mata, Aurélio Caetano da Silva, Mariana Barros de Oliveira, Mariana
12 Barcelos Pinheiro. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros (as):**
13 Jacqueline Marçal Micali, Silvia Helena da Cruz, Simone Michele de Oliveira Schibelski,
14 Alaíde Mateus de Souza, Regina Elizabeth Russo Humig, Sueli Aparecida Lourenço.
15 **Participantes:** Denise Maria Fank de Almeida – SMAS, Osvaldo Satoshi Suzuki –
16 Adevilon, Basilio Pepiliasco – Adefil, Edson Junior – Adefil, Samanta Vieira – COL,
17 Sandra Cristina Bianconi da Silva – SMAS, Marcia G. Valim Paiva – Epesmel, Maria
18 Aparecida Guerra Ogama – APAE Londrina, Carlos Alberto Wessler – Epesmel,
19 Amanda Gaion Pedro – CRAS Norte B/Adefil, Janaina Ramos – Guarda Mirim, Glaucia
20 Maria Machado Sorgi - ILECE. **Neusa Harumi Tiba** iniciou apresentando a pauta da
21 reunião: **1. Capacitação; 2. Apreciação da pauta; 3. Apreciação e aprovação da ata**
22 **de 10/05/2012; 4. Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social**
23 **da SMAS: Adequação dos serviços sócio-educativos; 5. Adevilon – Emenda Dr.**
24 **Rosinha; 6. Discussão das Resoluções CNAS 06 e 07/2012 – Pactuação; 7. LDO –**
25 **Lei de Diretrizes Orçamentárias; 8. Capacitação sobre Controle Social no SUAS**
26 **(Dias: 07, 08 e 09/08 | Horário: 08:30 – 12:30, 13:30 – 17:30); 9. Superávit dos**
27 **recursos de 2011; 10. Relato das Comissões de Trabalho do CMAS; 11.**
28 **Adequação dos Serviços de Convivência Sócioeducativo; 12. Palavra aberta –**
29 **usuários(as); 12. Informes: Saída de conselheiros governamentais; Conferência**
30 **Macro regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; MDS-Financiamento:**
31 **lista de Municípios para construção de CRAS e notas ID CRAS 2011; Conferência**
32 **Municipal dos Direitos da Mulher. 1. Capacitação** a presidente do CMAS, Neusa
33 informa que a Secretária Executiva do CMAS Denise Fank faria a capacitação sobre
34 competências do conselho e conselheiros. Contudo pelo fato de estarem presentes
35 poucos conselheiros, esta ação será adiada. **2. Apreciação da pauta:** Neusa coloca a
36 pauta em apreciação, esta é aprovada com proposta de inversão de ordem dos pontos.

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

37 **3. Adevilon – Emenda Dr. Rosinha:** Neusa resgata a questão das emendas
38 parlamentares, para esclarecimento aos conselheiros: O CMAS em uma de suas
39 competências deve deliberar sobre o recurso financeiro do Fundo do CMAS. No caso
40 das emendas parlamentares estas, deveriam vir ao Fundo abertas, para que o
41 conselho deliberasse por sua destinação. No caso desta emenda que se discute, veio
42 destinada a entidade ADEVILON, isso trás constrangimento aos conselheiros na hora
43 de deliberar, pois historicamente nunca o CMAS aceitou a entrada de recurso
44 vinculado. Para melhor embasar a decisão dos conselheiros fez-se a proposta da
45 Comissão de Cadastro adiantar seu relato somente em relação a ADEVILON. Denise
46 Mother membro desta comissão, relata que a entidade apresentou o plano de ação em
47 tempo estabelecido pela comissão, que a documentação apresentada está OK.
48 Contudo a comissão ao analisar a documentação constata que o serviço é apresentado
49 como uma proposta e não esta em execução ainda, além disso, não tem equipe técnica
50 contratada. Assim a comissão não é favorável a inscrição, pois não pode haver dois
51 pesos e duas mediadas nos critérios para inscrição. Clovis coloca que aguarda o
52 chamamento público para contratação da equipe técnica. Neusa esclarece que
53 somente pode participar do chamamento a entidade que estiver executando o serviço,
54 e que o processo de chamamento ocorrerá somente no final do ano. Clovis coloca que
55 de fato a equipe ainda não foi contratada e que o serviço ainda não é executado.
56 Denise Mother pergunta se em Cambé a entidade está inscrita no CMAS, Clovis
57 responde que sim, pois lá executa o serviço da proteção Social Básica. O CMAS
58 **delibera por não conceder a inscrição**, que assim como para as demais instituições
59 deverá primeiro se adequar e executar o serviço. Em relação ao aceite do recurso da
60 emenda em questão: Clovis coloca que o projeto arquitetônico e os projetos
61 complementares estão prontos, foram feitas as adequações. Entraram no SICONV
62 para verificar o que precisa ser feito. Novamente lastima a perda na parceria com a
63 Secretaria no serviço de habilitação e Reabilitação. Neusa lembra o prazo dos dias 05
64 e 06 de junho para lançar as informações no SICONV. Acrescenta ainda que se na
65 época em que o recurso vier a entidade não estiver com tudo adequado
66 (documentação, execução do serviço) ao objeto da emenda, o CMAS novamente terá
67 que deliberar sobre sua destinação. Em relação a contrapartida, 20 mil reais, este
68 recurso não vier da Prefeitura, de outra secretaria, sairá do FMAS. Recusar o recurso
69 não é interessante. Sandra Bianconi acrescenta que quanto a inserção das
70 informações no SICONV a entidade poderá enviar para a secretaria que esta fará o
71 lançamento das informações. Contudo terá que vir para a secretaria até o dia 31/05/12,
72 para que haja tempo hábil para o lançamento no sistema. Sandra pergunta ainda quem
73 será o assistente social que vai declarar a capacidade técnica e gerencia do serviço da
74 entidade. Sua diretoria não pode assinar uma vez que o serviço não é executado ainda.
75 Quem executa que deve assinar. Márcia Valim pede esclarecimentos. Neusa esclarece
76 que essa declaração é de que o serviço está sendo executado e tem equipe técnica
77 para executar o referido serviço. Sandra Bianconi diz que foi preparada uma pasta com

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

78 copia e CD dos documentos que precisam ser preenchidos. Neusa finalizando a
79 discussão sobre este ponto de pauta lembra que o plano B discutido na reunião
80 passada, de construção de CRAS então está descartado, para possibilitar que a
81 entidade não tenha que concorrer com o Município. Samia contribui em relação ao teor
82 da resolução, deixando clara a situação da entidade, e as condições em que o CMAS
83 acata o recurso dessa emenda parlamentar devem ficar claras na redação. Clovis se
84 compromete com as condições estabelecidas pelo CMAS para o recebimento da
85 emenda. Se compromete a ter equipe contratada, que o serviço de proteção Social
86 Básica estará sendo executado, e alega que se ainda não está de acordo é por falta de
87 tempo hábil. Denise Fank coloca o adendo de que se o CMAS acatar a emenda, não
88 pode deixar de tomar alguma atitude em relação a isso em relação aos deputados pois
89 as emendas, como Neusa já colocou, devem ser deliberadas pelo conselho, quando
90 isso não ocorre a autonomia do conselho e tirada. Neusa acrescenta que essa é uma
91 situação de constrangimento. E se preocupa ainda, colocando que não se pode ter a
92 impressão de que as pessoas que mais falam na plenária sejam aquelas que querem
93 emperrar o processo, ao contrario a deliberação deve ser feita com clareza e
94 informação. As informações técnicas apresentadas nesse conselho não podem ser
95 interpretadas como manifestação para privilegiar o governo no intuito de construir
96 CRAS, mas devem ser entendidas como cuidado para que o recurso público seja
97 aplicado para atendimento ao público conforme previsto na lei orçamentária do órgão
98 financiador evitando que o recurso da Assistência Social seja utilizado para outras
99 finalidades. Maria Vany pondera acerca das tentativas de manobras que tem ocorrido
100 no conselho para transformar coisas erradas em certas, afirma que isso é irregular.
101 Compreende e reconhece o trabalho da instituição, mas não está correto essa
102 aprovação. Márcia Valim coloca também que devemos ponderar, que o recurso vem
103 para o município, Isso deve ser levado em consideração. Se até 31/05/2012 tiver um
104 técnico que assine, está OK. Neusa coloca que na resolução deverá constar
105 informações de acordo com o Diário Oficial. Realizada a votação, Mariana vota contra a
106 aprovação do CMAS. Ilis Flavia coloca que ainda tem uma semana, que a entidade
107 precisa ter a oportunidade. Mariana pergunta a Neusa porque o plano B foi descartado.
108 Neusa esclarece que a entidade deve ter a oportunidade de tentar, e se ela não
109 conseguir cumprir os requisitos previstos pelo órgão financiador perderá o recurso.
110 Márcia lembra que assim como já aconteceu em outros casos, pode ser que até que o
111 recurso chegue tudo mude e a entidade não tenha condições de ser beneficiada, e o
112 CMAS fará nova discussão. Novamente foi lembrado que não se trata de construção da
113 sede da entidade como ela própria coloca, mas, trata-se de construção de unidade
114 para execução de serviço da Proteção Social Básica, esse é o objeto da emenda
115 parlamentar. Nova votação é favorável, e deliberou-se **por acatar o recebimento de**
116 **recurso** para o município de Londrina, destinado para a construção de Unidade de
117 Serviço de Proteção Social Básica, a ser executada pelo município em terreno próprio.
118 **4. Apreciação e aprovação da ata de 10/05/2012: esta foi aprovada. 5. Diretoria de**

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

119 **Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social da SMAS: Adequação dos**
120 **serviços sócio-educativos:** Márcia Valim apresenta discussão realizada na comissão
121 do serviço, e vem em nome da comissão solicitar ao CMDCA a emissão de aditivo no
122 convênio/2012, firmado entre o município e as entidades que operacionalizam o serviço
123 de Convivência Sócioeducativo, a respeito da seguinte situação: A realização pelas
124 entidades, de 05 dias de capacitação/formação para as equipes de trabalho, em janeiro
125 ou julho, fora do período dos 30 dias de férias, já previsto pelo CMAS. O objetivo da
126 capacitação é o aprimoramento do trabalho que será revertido em qualidade nos
127 serviços prestados à criança e ao adolescente. Para tanto, as entidades devem
128 apresentar anualmente, para a Gerência de Convênios e Gerência de Monitoramento e
129 Avaliação, os seguintes documentos técnicos: Plano de Formação/ Capacitação da
130 equipe de trabalho da entidade; Plano do Trabalho com as Famílias atendidas pelo
131 serviço (conforme prevê a PNAS e as Orientações Técnicas do MDS); Cronograma
132 anual das ações e atividades desenvolvidas pela entidade no ano (incluindo as
133 direcionadas a criança e adolescente, família, ações em rede, e outras). Acrescenta
134 ainda que a discussão foi realizada amplamente pelas entidades. Cirlene acrescenta
135 que esse ajuste é fundamental para o aprimoramento e qualificação dos serviços
136 prestados à criança e ao adolescente. Neusa lembra que a comissão de
137 acompanhamento deve de fato acompanhar e verificar se isso será cumprido, pois não
138 ficar parados sem oferecer o serviço para além do previsto nos convênios Denise
139 Mother pergunta qual é o trabalho realizado com a família para entender a interrupção
140 do trabalho. Janaina responde que ela é trabalhada, informada e que por isso foi
141 decidido que tanto poderá ocorrer a capacitação em julho ou janeiro, pois nesses
142 meses a demanda nos serviços diminui em função das férias escolares. Neusa lembra
143 que em 2013 esse item deverá constar no Plano de trabalho das entidades. **Aprovado**
144 **pelo CMAS. 6. Discussão das Resoluções CNAS 06 e 07/2012 – Pactuação:** a
145 diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social Sandra Bianconi tratou
146 destes pontos. Apresenta o conteúdo das resoluções: A Resolução 06 do CNAS
147 habilita o município de Londrina a fazer o Termo de Aceite 2012 – BSM do Ministério
148 do Desenvolvimento Social com base na Resolução 06/2012 do CNAS, com a
149 finalidade de aumento do co-financiamento do Piso de Alta Complexidade II – PAC II
150 destinado ao serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em situação
151 de Rua, totalizando 30 mil reais mensais, que serão acrescidos ou recurso que hoje já
152 tem no serviço. Em relação a resolução 07 do CNAS não está aberta ainda mas o
153 município já está habilitado, Londrina poderá fazer o Termo de Aceite 2012 do
154 Ministério do Desenvolvimento Social com base na Resolução 10/2012 do CNAS e na
155 relação de municípios habilitados e classificados, com a finalidade de Repasse para
156 construção do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de
157 Rua – Centro POP no valor máximo de 400 mil reais. Márcia Valim pergunta se é para
158 construção do Centro POP ou CREAS, Sandra responde que é o Centro POP.
159 **Aprovado pelo CMAS. 7. LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias: Neusa explica**

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

160 sobre a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias e informa que a Audiência
161 Pública que ocorreu na Câmara Municipal, sobre esse assunto na segunda-feira, dia
162 21/05/2012. Reforça de que o CMAS precisa acompanhar o processo. Na reunião do
163 dia 14/06/2012 será pautado o orçamento de 2013 na reunião do CMAS. Ordália
164 complementa que a audiência apresentou sobre a LDO - Lei de Diretrizes
165 Orçamentárias e que está garantido a continuidade das ações da Assistência Social,
166 inclusive as subvenções que hoje estão em vigência. Sandra Bianconi que está para
167 chegar o valor do orçamento, convida o CMAS a acompanhar a elaboração. Márcia
168 Valim sugere que as entidades também sejam convidadas. Neusa avalia que as
169 comissões dos serviços acompanhem ao invés das entidades, pois nestas comissões
170 as entidades já estão representadas. Neusa coloca que o recurso do fundo somente
171 poderá ser remanejado se as comissões de serviços respaldarem e trouxerem
172 propostas. Neusa lembra que não terá aumento de valores para os serviços, conforme
173 explicado na reunião anterior. **8. Capacitação sobre Controle Social no SUAS (Dias:**
174 **07, 08 e 09/08 | Horário: 08:30 – 12:30, 13:30 – 17:30):** Foram sorteados os
175 conselheiros a fazer o curso, dentre os interessados. A distribuição das vagas ficou da
176 seguinte maneira: Conselheiros não governamentais: Mariana (Instituto Origem),
177 Regina, Sílvia e Ilis Flavia. Conselheiros governamentais: Cirlene, Edinadi, Renata e
178 Denise da secretaria executiva do CMAS. Cada conselheiro deverá fazer sua inscrição.
179 **9. Superávit dos recursos de 2011:** para tratar desse assunto o conselheiro Aurélio,
180 integrante da Comissão de Fundo apresentou a Proposta de Reprogramação dos
181 Saldos dos Pisos de Proteção Social Financiados Pelo FNAS, os Pisos são
182 transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do co-
183 financiamento federal da assistência social, em complemento aos financiamentos
184 municipais. (art. 2º, Portaria MDS nº625/10). São destinados ao custeio dos serviços e
185 ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social Básica e Especial do SUAS.
186 (art. 1º, portaria MDS nº 442/2005 E Nº 440/2005). O FNAS autoriza desde 2005, que
187 os saldos existentes em conta corrente em 31 de Dezembro de cada exercício, sejam
188 reprogramados para o exercício seguinte dentro de cada nível de proteção, desde que
189 o município tenha garantido o atendimento dos serviços, o que deverá ser atestado
190 pelo Conselho Municipal. (art. 10 e 11, portaria MDS nº625/10). CUSTEIO = Material
191 de Consumo e Serviços. É aquele que, em razão de seu uso corrente, perde
192 normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos; (ART.
193 2º - I, Portaria STN 448/2002): Material pedagógico, didático e de expediente em geral;
194 Gêneros alimentícios em geral; Material esportivo em geral; Uniforme personalizado
195 dos Programas; Contratação de oficinheiros, estagiários, palestrantes; CD'S , DVD'S,
196 livros de leitura, material gráfico; Pequenos reparos nas instalações físicas. É
197 VEDADO: a utilização dos recursos para: repasse à entidades não governamentais;
198 Em aluguel de imóveis; Refeições prontas; Passagens e diárias, Serviços de natureza
199 contínua (água, energia, telefone, etc); Aquisição de bens e material permanente;
200 Aquisição, construção ou ampliação de imóveis. A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

201 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA – PAIF – R\$ 940.906,39; Aquisição
202 de Uniformes; Aquisição de Gêneros Alimentícios, coffe break, sonorização, gás de
203 cozinha; Material de Expediente em Geral, Material de Higiene e limpeza; Pequenos
204 reparos nas instalações físicas (pintura, rede elétrica e hidráulica); Manutenção dos
205 Veículos (peças e Mão de obra). PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO – Infância / Idoso
206 (socioeducativo) – R\$ 458.739,41; Aquisição de Gêneros Alimentícios (não perecíveis);
207 (repasso encerrado); Hortifrutí, carnes e frios; Material de expediente, sonorização, gás
208 de cozinha; Material Gráfico e de divulgação; ÍNDICE DE GESTÃO
209 DESCENTRALIZADA – IGD/PBF – R\$ 504.248,48; Aquisição de veículos; Aquisição e
210 equipamentos (informática, áudio e vídeo); Aquisição de mobiliário; Material gráfico de
211 apoio; PISO BÁSICO VARIÁVEL II – Acompanhamento CRAS – R\$ 65.071,80
212 Atendimento ao Idoso no âmbito do CRAS; Material pedagógico de apoio; PROTEÇÃO
213 SOCIAL ESPECIAL: PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE: CREAS I (População
214 de RUA)– R\$ 125.019,32; CREAS II (Medida Sócio Educativa) – R\$ 185.842,74;
215 CREAS III (Crianças Vítimas de Violência) - R\$ 375.613,22; CREAS IV (Combate e
216 Prevenção) – R\$ 175.372,40; Material de Expediente, Material de higiene e limpeza;
217 gás de cozinha; Material de Grafiteagem; Material Gráfico de apoio e divulgação;
218 Campanha continuada contra a violência (coffe break, sonorização, palestrantes);
219 Capacitação com a rede. PISO VARÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: PETI
220 (Bolsa)– R\$ 150.826,82; PETI (Jornada)– R\$ 218.614,20; Material de Expediente;
221 Material Gráfico de apoio e divulgação; Campanha continuada contra a violência (coffe
222 break, sonorização, palestrantes); Capacitação com a rede. PISO DE TRANSIÇÃO DE
223 MÉDIA COMPLEXIDADE: Serviços de habilitação e Reabilitação da Pessoa com
224 Deficiência– R\$ 383.272,10; Material de Expediente, Material de higiene e limpeza;
225 Gêneros Alimentícios; Material Gráfico de apoio e divulgação; Campanha continuada
226 de conscientização da população; Capacitação com a rede (coffe break, sonorização,
227 palestrante). PISO DE ALTA COMPLEXIDADE (Unidades de Acolhimento e Abrigo):
228 PAC I (Criança e adolescente)– R\$ 150.826,82; PAC II (Pessoa adulta) – R\$
229 218.614,20; Material de Expediente; Fralda descartável para crianças; Material Gráfico
230 de apoio e divulgação; Repasse às entidades de acolhimento (subvenção). Foi
231 realizado encaminhamento de que a comissão de Abrigo adulto juntamente com
232 entidades de Acolhimento, Comissão de Inscrição e Cadastro, Comissão de Análise e
233 Acompanhamento de Serviços e Gerência de Convênios da SMAS fará uma reunião
234 para discutir a reprogramação do saldo PAC I e PAC - II. **10. Relato das Comissões**
235 **de Trabalho do CMAS: A comissão de cadastro** relatou continuou a apresentação
236 das atividades de análise de documentação entregue pelas entidades: **APAE:** O Plano
237 de Ação desta entidade segue a mesma linha que outras entidades que atendem PCD.
238 Ilice, APS Down, COL, Flavia Cristina. Especificaram 10 (dez) famílias e na proposta
239 de minuta do Sistema de Monitoramento, as metas apresentadas na minuta são de 100
240 metas para este serviço que é novo. Foi solicitado a lista de usuários atendidos do
241 serviço. A metodologia não está adequada ao proposto na Tipificação de acordo com o

Ata da Reunião do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do dia 24 de maio de 2012.

242 serviço da PSB. Novamente apresentou o formulário de Defesa e Garantia de Direitos.
243 Precisa ser o de Atendimento. Reapresentar lista de usuários do serviço e não da
244 entidade. Enviar ofício a entidade com os itens acima. **COL – Centro Ocupacional de**
245 **Londrina:** Análise da documentação, enviar ofício com os itens: Adequar terminologia
246 para PAS no Plano de Ação apresentando as atividades de caráter socioassistencial
247 (está focado na educação de ensino especial); Ampliar o número de metas para 100
248 (cem); o Plano de Ação segue a mesma linha que o Ilece, APAE, APS Down,
249 reapresentaram, de acordo com as especificidades da entidade. **ILECE – Instituto**
250 **Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais.** Enviar ofício com os itens:
251 Adequar o número de metas para 100 (cem); Solicitar a reapresentação do Plano de
252 Ação segue a mesma linha que o Ilece, APAE, APS Down, reapresentaram, de acordo
253 com as especificidades da entidade. **APS DOWN – Associação de Pais e Amigos**
254 **dos Portadores de Síndrome de Down.** Enviar ofício com os itens: Adequar o número
255 de metas para 100 (cem), solicitar a reapresentação do Plano de Ação segue a mesma
256 linha (cópia) que o Ilece, APAE, APS Down, reapresentaram, de acordo com as
257 especificidades da entidade. Adequar a Tipificação, não apresentou formulário de
258 atendimento. Reapresentar lista de usuários do serviço e não entidade. **NUSELON:**
259 Apresentar o formulário na modalidade de atendimento solicitado pela comissão do
260 serviço de acolhimento de criança e adolescente. A documentação está OK, Plano de
261 Trabalho OK. **ASILO SÃO VICENTE DE PAULO:** Análise da comissão. Documentação
262 apresentada pela entidade está OK. Comissão Favorável para inscrição no CMAS.
263 **ONG – VIVER:** Análise da documentação está OK. A entidade reapresentou
264 requerimento e formulário a pedido da comissão. Comissão favorável para inscrição no
265 CMAS. **Lar Anália Franco:** Processo em análise. **Instituto Eurobase:** Resgatar os
266 processos do CMAS quando inscrito e do CMDCA. **A comissão de fundo** informa que
267 por falta de paridade não foi possível as análises dos anexos das Instituições. **11.**
268 **Palavra aberta – usuários(as):** não houve manifestação. **12. Informes:** Saída de
269 conselheiros governamentais da secretaria do idoso; Divulgação da Conferência Macro
270 regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; MDS-Financiamento: lista de
271 Municípios para construção de CRAS e notas ID CRAS 2011; Divulgação da
272 Conferência Municipal dos Direitos da Mulher. Nada mais havendo a tratar, a reunião
273 foi encerrada, e eu Denise Maria Fank de Almeida, secretária executiva deste
274 conselho, juntamente com a primeira secretaria Ilis Flavia Camargo lavramos a
275 presente ata.